

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

**MGSTJ - ATA DE REUNIÃO****1. INFORMAÇÕES GERAIS**

<b>Data</b>	05/10/2021
<b>Horário</b>	Das 14h30 às 15h30
<b>Local</b>	Aplicativo ZOOM
<b>Responsável pelo registro</b>	Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria
<b>Participantes</b>	Juiz auxiliar da Presidência, Diretor-Geral, Secretários, Ouvidora Auxiliar e Assessores Chefes ou substitutos

**2. OBJETIVOS DA REUNIÃO**

- Proceder à análise crítica dos resultados institucionais aferidos durante a vigência do Plano STJ 2020, bem como ao seu encerramento oficial;
- Proceder à análise crítica dos resultados institucionais aferidos no primeiro ano de vigência do Plano de Gestão 2020-2022;
- Dar início, oficialmente, ao ciclo estratégico 2021-2026.

**3. PENDÊNCIAS DE REUNIÕES ANTERIORES**

Todas as pendências foram concluídas ou inseridas em planos de ação que são monitorados com frequência.

**4. ATA**

O Senhor Diretor-Geral deu início à reunião saudando todos os presentes e passando a palavra ao Secretário de Gestão Estratégica, Senhor Montgomery Muniz, que solicitou a gravação para facilitar os registros. Não houve objeções.

**4.1 Movimentação processual**

Sobre a movimentação processual, foram mostrados os dados de processos recebidos, julgados e o acervo no período de 2015 a 2020, com destaque para o número de julgados que foi superior ao de recebidos durante todo o tempo, o que impactou positivamente na redução dos processos em tramitação. Montgomery citou ainda que a situação em 2021 é diferente e que será tratada na próxima reunião de análise estratégica.

**4.2 Plano STJ 2020****4.2.1 Situação geral do Plano STJ 2020 do primeiro semestre/2021**

O Secretário de Gestão Estratégica fez uma breve apresentação da situação geral ao final do primeiro semestre de 2021, ressaltando que o cumprimento de 86,30% do Plano STJ 2020 pode ser considerado bom, pois a maioria dos objetivos estratégicos finalizou o plano em situação ótima.

#### 4.2.2 Objetivos e indicadores em situação crítica

Foi comentado que apenas dois objetivos e dois indicadores ficaram em situação crítica na média dos resultados do ciclo 2015-2020. O objetivo “**Tratar demandas repetitivas e dos grandes litigantes**” ficou em 50% na média do período e o indicador a ele alinhado, “**Tempo médio da afetação à publicação do acórdão**”, atingiu somente 61% de cumprimento. Explicou-se que o tema tem sido tratado nas últimas reuniões e que a melhoria desse resultado virá somente com o ajuste do cálculo da meta nacional correlata, junto ao CNJ, retirando revisão de teses a partir de 2022.

Já o objetivo “**Assegurar e gerir o orçamento**” foi afetado pelo indicador “**Execução do orçamento estratégico**”, que apresentou um resultado médio de 33% no período. Montgomery enfatizou que esse foi o maior problema identificado no encerramento do Plano STJ 2020, pois demonstrou dificuldade em compatibilizar o ciclo de elaboração da proposta orçamentária com o acompanhamento do planejamento estratégico. Isso ficou evidente na análise do desempenho histórico desse indicador, onde se percebe que houve bom desempenho apenas nos anos em que a despesa foi realizada. Reforçou que tem sido recorrente o contrato ser assinado em um exercício e executado somente no ano posterior. Comentou ainda que está previsto um encontro sobre orçamento para os gestores de projetos, em março de 2022, época da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2023.

#### 4.2.3 Projetos estratégicos

Montgomery explicou que no portfólio do Plano STJ 2020 havia 46 iniciativas, sendo 23 judicantes e 23 administrativas, sendo 3 programas e 43 projetos, com um aproveitamento total de 91%. Esse resultado se explica porque foram 69% de iniciativas concluídas, 9% canceladas e 22% transferidas para o Plano STJ 2021-2026.

Na sequência, foram apresentadas algumas iniciativas concluídas que se destacaram pelas entregas e foram listadas, uma a uma, as iniciativas transferidas para o plano estratégico atual, demonstrando continuidade administrativa.

Em relação ao alinhamento, explicou-se que, com exceção do primeiro ano de vigência do Plano (2015) e do ano passado (2020), quando teve início a pandemia do covid-19, o resultado ficou acima de 90% em todos os outros anos, mostrando que as unidades estão alinhadas e empenhadas em atingir bons resultados, contribuindo dessa forma para a execução da estratégia do Tribunal.

### 4.3. Plano de Gestão 2020-2022

#### 4.3.1 Situação geral do Plano no primeiro ano de gestão

O Secretário de Gestão Estratégica explicou que do total de 47 iniciativas constantes do plano de gestão do Ministro Humberto Martins, seis foram concluídas no primeiro ano de gestão. Destacou também que, em uma visão geral do BI do portfólio de iniciativas estratégicas, os demais projetos estão em desenvolvimento, sendo que a maioria está com o “farol” verde, indicando que estão na situação “dentro do previsto”, o que resultou em uma média geral de 53% de execução das tarefas previstas até o momento.

#### 4.3.2 Iniciativas a cancelar

Em seguida, foram apresentadas duas iniciativas sob responsabilidade da AIA candidatas a serem canceladas. São elas: “**Unificação de Ambientes de Dados do STJ**” (Processo n. 031681/2020), que possui relação estreita de dependência com a iniciativa “**Migração da Área de Dados para a Área de IA**”, também prevista no Plano de Gestão 2020/2022, acompanhada no projeto estratégico “**Ciência de Dados no STJ**” (SEI n. 031680/2020), e por estar vinculada à criação de uma unidade específica, o que não foi possível; e “**Expansão da Capacidade de Processamento da Infraestrutura de TI dos Modelos de IA**” (Processo n. 028569/2020), voltado à aquisição da ferramenta “**MemSQL**”, alternativa que, inicialmente, atendia a todos os requisitos sistêmicos da STI e da AIA. O assessor chefe da AIA, Humberto Pradera, explicou que durante

a execução da iniciativa foi percebida a necessidade de se estudar outro banco de dados, assim, a Administração optou pelo não prosseguimento da iniciativa. O cancelamento das duas iniciativas foi considerado **aprovado** pelos participantes da reunião.

### **4.3.3 Iniciativas com orçamento a executar em 2021**

Foram apresentadas as 5 iniciativas que possuem orçamento a ser executado em 2021, com os respectivos valores e a situação atual. Concluiu-se que nenhuma das iniciativas deverá gastar o orçamento previsto em 2021, conforme informaram e justificaram os respectivos gestores. Portanto, de um total previsto de R\$ 11.850.000,00, o indicador de orçamento estratégico deve ficar em 0% de execução em 2021. Montgomery frisou que, por esse motivo, há a necessidade de adoção de procedimento diferenciado para monitoramento das iniciativas estratégicas com orçamento previsto, a partir do Plano STJ 21-26, para que se possa adequar o acompanhamento às dificuldades apontadas e melhorar o planejamento e a execução dos projetos. Entre as sugestões de novos procedimentos, acrescentou, além do citado encontro de gestores, estão a aprovação do orçamento estratégico pelo GDG na fase da elaboração da proposta orçamentária e um acompanhamento diferenciado, de menor prazo, para projetos com orçamento. Não houve deliberações sobre as propostas apresentadas.

### **4.3.4 Histórico do indicador “execução do orçamento estratégico”**

Para melhor demonstrar a realidade do indicador “execução do orçamento estratégico”, Montgomery apresentou um gráfico com os resultados ano a ano, no ciclo estratégico 2015-2020, explicando que apenas em 2019 alcançamos um bom índice de execução, porque foram formalizados os contratos com os fornecedores no ano anterior. Assim, em 2019, coube apenas a execução contratual. Foi o caso dos projetos Modernização do Sistema de Áudio e Vídeo, CFTV e Alinhamento Estratégico. Esse comportamento parece demonstrar que o acompanhamento desse indicador pode necessitar de ajustes, uma vez que as iniciativas estratégicas com orçamento a executar só têm apresentado bons resultados na fase de realização da despesa, já que o ciclo de contratação tem ultrapassado o ano de acompanhamento.

Em seguida, foi apresentado o orçamento estratégico previsto para 2022 enfatizando a necessidade de um monitoramento mais específico, visto que está previsto o orçamento de pouco mais de 21 milhões para 8 iniciativas estratégicas.

Por fim, foi comentado que para o sucesso na implementação da estratégia do Tribunal e especialmente do Plano de Gestão 2020-2022, é importante que todas as unidades executem suas ações de forma alinhada com a estratégia, observando sempre as iniciativas constantes dos Planos ao priorizar suas ações. Como exemplo, foi citada a priorização das demandas solicitadas à área de TI, pois observou-se que algumas demandas não estratégicas foram priorizadas antes das estratégicas. Foi apontado ainda que, no caso de alguma iniciativa deixar de ser estratégica durante a execução do plano, a SGE deverá ser comunicada para realizar os ajustes necessários em RAE ou durante as revisões periódicas.

## **4.4. Plano STJ 2021-2026**

Montgomery apresentou o mapa que representa em linhas gerais a estratégia do STJ para o ciclo 2021-2026, explicando que a forma piramidal mostra o que precisamos ter, para executarmos com efetividade os nossos processos internos de trabalho, entregarmos justiça à sociedade e realizarmos a nossa missão. Para tanto, foram definidos 10 objetivos estratégicos; 39 indicadores estratégicos, sendo 15 judicantes e 24 administrativos; e 57 Iniciativas estratégicas, sendo 10 ações, 43 projetos e 4 programas.

Esclareceu ainda que o monitoramento desse novo plano passará a ser quadrimestral, sendo a primeira mensuração referente ao período de setembro a dezembro de 2021. O primeiro Relatório de Desempenho Institucional - RDI, portanto, será elaborado somente em janeiro de 2022 e a primeira Reunião de Análise Estratégica - RAE desse novo ciclo deverá ocorrer em fevereiro próximo, logo após o recesso forense. Ademais, completou o Secretário de Gestão Estratégica, haverá revisões anuais do Plano, para ajustes nos objetivos, indicadores, iniciativas etc., decorrentes de reuniões e decisões estratégicas.

Foi solicitado aos presentes atenção aos prazos de alimentação do sistema de gestão estratégica com esses primeiros resultados do Plano STJ 21-26, especialmente porque o sistema é novo e também há diversos indicadores sendo mensurados pela primeira vez.

Ainda sobre os indicadores, Montgomery explicitou a situação das **Metas Nacionais do Poder Judiciário** ao final de agosto/2021, visto que os dados de setembro ainda não foram consolidados. Esclareceu que os resultados apresentados dizem respeito ao valor realizado. No período, as metas 1, 2, 6, 9 e 12 estão concluídas. A meta 4 está em atenção e as metas 5 e 7 encontram-se em situação crítica. Ressaltou que, para o CNJ, os status são “meta cumprida” ou “meta não cumprida”. Não há resultados “em atenção”, como usamos no STJ. Isso gera diferença ao analisarmos o nosso BI de metas nacionais e os resultados no site do CNJ.

#### 4.5. Outros assuntos

##### 4.5.1 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário

O Secretário de Gestão Estratégica comentou que o Encontro deste ano será realizado em novembro próximo e que as metas nacionais para 2022 já foram previamente definidas no STJ e apresentadas na 2ª Reunião Preparatória, sendo pouco provável que haja alterações. Explicou ainda que os dados do Prêmio CNJ de Qualidade já foram enviados ao Conselho, com várias tarefas concluídas em relação ao Datajud, que era a nossa principal pendência, e que há expectativa de melhores resultados este ano, visto que o STJ, na prévia, estava em primeiro lugar entre os tribunais superiores. Lembrou ainda que está prevista para 2022 a inclusão de uma meta nacional relacionada à transformação digital, o que será conhecido somente em novembro.

##### 4.5.2 Plano de Transformação Digital - PTD

Montgomery chamou a atenção dos participantes quanto ao prazo para a devolução do questionário de levantamento das ações de transformação digital preenchido, a saber, 29 de outubro de 2021, e reforçou que após o evento realizado no Tribunal sobre o tema, o plano institucional e outras informações sobre o PTD foram disponibilizadas no Portal da Transparência do STJ, no link: <https://transparencia.stj.jus.br/gestao-estrategica/plano-de-transformacao-digital/>.

##### 4.5.3 Plano de Continuidade

Foi informado aos participantes da RAE que a política de continuidade de negócios deve ser publicada em breve, quando será iniciada a construção do Plano de Continuidade de Negócios do STJ, o que contará com a participação de todos os gestores.

##### 4.5.4 Processos de Teletrabalho

Montgomery comentou que, desde julho, a demanda de análise de pedidos de teletrabalho onerou algumas equipes do Tribunal, principalmente da SGE e da SGP, que precisaram se desdobrar para analisar e dar encaminhamento ao acréscimo de mais de 300 processos nesse curto período de tempo.

Solange Rossi, Secretária de Gestão de Pessoas, comentou que atualmente são mais de 500 servidores da área administrativa laborando em regime de teletrabalho.

##### 4.5.5 Kit Gestor

Devido à grande demanda de atividades administrativas para os gestores do Tribunal, Montgomery comentou que a SGE está empenhada em elaborar um documento de apoio, denominado inicialmente de “Kit Gestor”, a ser apresentado em breve.

Por fim, agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao Senhor Diretor-Geral, que encerrou a reunião.

## 5. DECISÕES

Ação	Responsável	Prazo
Cancelar as iniciativas estratégicas da AIA: “Unificação de Ambientes de Dados do STJ” e Expansão da Capacidade de Processamento da Infraestrutura de TI dos Modelos de IA”.	SGE	Outubro/2021

Ação	Responsável	Prazo
Adotar novo modelo de monitoramento das iniciativas estratégicas com orçamento específico.	SGE/GDG	2022



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria, Coordenador de Planejamento Estratégico**, em 21/10/2021, às 17:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Oliveira Alves, Assessor da Presidência**, em 21/10/2021, às 17:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Fernanda Nogueira Bittencourt, Assessor da Presidência**, em 21/10/2021, às 18:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Maria Motta de Souza, Assessor "A"**, em 21/10/2021, às 18:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Brito de Almeida, Secretário de Jurisprudência**, em 21/10/2021, às 19:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Cesar Gonçalves Rios, Secretário de Processamento de Feitos**, em 22/10/2021, às 09:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Bittes Veyl, Secretário de Orçamento e Finanças**, em 22/10/2021, às 10:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Solange da Costa Rossi, Secretário de Gestão de Pessoas**, em 22/10/2021, às 10:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Kehrig Veronese Aguiar, Diretor do Centro de Formação e Gestão Judiciária**, em 22/10/2021, às 13:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Augusto Gentil Santos de Souza, Secretário Judiciário**, em 22/10/2021, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cristine Marques Genú, Secretário de Comunicação Social**, em 22/10/2021, às 16:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kelly Cristina Oliveira Costa, Juiz Auxiliar no STJ**, em 24/10/2021, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Aparecida Estanislau de Souza, Ouvidor**



**Auxiliar**, em 25/10/2021, às 10:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Almeida de Carvalho, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 25/10/2021, às 10:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio de Souza Cordeiro, Secretário de Administração**, em 25/10/2021, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima Scartezini, Assessor-Chefe**, em 27/10/2021, às 16:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sartre Gonçalves Santos, Assistente IV**, em 28/10/2021, às 14:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar de Andrade Souza, Coordenador de Gestão Documental**, em 28/10/2021, às 14:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rodolfo Martins Faleiros Diniz, Secretário de Segurança**, em 28/10/2021, às 15:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Garcia Vieira, Assessor-Chefe**, em 28/10/2021, às 15:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Santana da Silva, Coordenador de Auditoria de Governança Institucional e de Gestão**, em 28/10/2021, às 15:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Irber, Assessor-Chefe - Em Substituição**, em 28/10/2021, às 15:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gerardo da Silva Gomes, Assessor-Chefe - Em Substituição**, em 28/10/2021, às 15:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Fontoura Pradera, Assessor-Chefe**, em 03/11/2021, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Pinheiro Machado de Souza, Coordenador**, em 03/11/2021, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Montgomery Wellington Muniz, Secretário de Gestão Estratégica**, em 03/11/2021, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio Cavalcante, Diretor-Geral**, em 03/11/2021, às 17:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.stj.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2686022** e o código CRC **6B90056F**.